

ENTREVISTA *INTERVIEW*

Entrevista com Alessandra Ramos, ativista no combate à LGBTIfobia

■ Murilo Peixoto da Mota

e-mail: muriloufrj@gmail.com

Ao publicar, na íntegra, uma entrevista com uma brilhante ativista contra a LGBTIfobia, **METAXY** busca estabelecer maiores articulações com o edital de chamada deste número, cujo foco se amplia para os processos relacionados ao abandono de garantias legais do exercício da cidadania. As palavras de Alessandra Ramos expõem a denúncia de uma espécie de “vida nua”, afetada pela intensidade da crueldade, impulsionada pelo gozo punitivo, administrada pelo medo que desencadeia práticas de violência material e simbólica sem máscaras contra milhões de cidadãos circunscritos às identidades LGBTQIA+. Em outros campos, nossa entrevistada discorre sobre como a conjuntura de gênero, o machismo estrutural e as lutas contra as vulnerabilidades sociais e econômicas atingem essa população, com destaque para as pessoas travestis e trans.

A entrevista foi realizada em 9 de junho de 2021, no decorrer da pesquisa “Tráfico de Pessoas e Escravidão Sexual na Perspectiva das Travestis e Mulheres Trans”, conduzida pelo sociólogo Murilo Peixoto da Mota no âmbito do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC), do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Direitos Humanos (NEPP-DH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Alessandra Ramos era tradutora e intérprete de inglês, francês e libras. Fundou o Instituto Transformar Shelida Ayana¹, voltado para mulheres e homens trans, transmasculines e travestis que atuam no combate à LGBTIfobia. Foi assessora parlamentar do ex-deputado federal Jean Wyllys (PSOL) e também da deputada estadual Dani Monteiro (PSOL). Também conhecida como Makkeda, faleceu meses após a entrevista, aos 41 anos. Deixou um legado de ativismo marcado pela causa da diversidade sexual, pelo antirracismo e pela luta por direitos humanos.

¹Ver: <https://www.instagram.com/inst.transformarshelidaayana/>

Alessandra, primeiramente, obrigado por você estar aqui com a gente, participando desta conversa. Gostaria de explicitar que o motivo de nossa entrevista se articula com o tema de nossa pesquisa, que diz respeito à questão da exploração sexual e do tráfico de pessoas tendo como vítimas travestis e trans. Aproveito para solicitar que se apresente.

Alessandra Ramos - Eu sou uma mulher trans, ativista. Uma trans preta, atuante pelos direitos humanos, tradutora de formação, tradutora de língua de sinais, tradutora da língua inglesa. Sou formada em produção cultural pelo Instituto Federal de Educação.

Como você vê essa questão da redesignação do nome na certidão para as pessoas trans no Brasil?

AR - Eu só quero aqui colocar pra vocês o panorama geral de como isso se dá dentro da minha história como militante. Gostaria de me posicionar como a pessoa que faz o controle social para que essas políticas aconteçam. Prefiro não apontar a minha experiência pessoal sobre o assunto. Claro que toda mudança, todo viver trans, ser trans é muito doloroso, né? Estar trans no mundo, estar trans como conjuntura social no país, no Brasil, é algo realmente doloroso pra todas nós. Então, a mudança de nome, ela vai ser um processo complexo pra todas nós, pessoas trans, principalmente mulheres trans, pessoas não binárias, travestis e transexuais, identidades transgêneras femininas, de todo modo. Porque existe um machismo que impera na nossa sociedade e faz com que esses corpos passem por uma “máquina de moer”, por uma opressão, que é um pouco maior, do ponto de vista da violência objetiva, do que acontece com homens trans, por exemplo. Então a ruptura familiar, a ruptura dos laços, ela é geralmente maior. A violência e a agressão, a questão da passabilidade — ou seja, de como a gente faz as mudanças nos nossos corpos e os objetivos que nós queremos atingir com determinadas mudanças corporais —, tudo isso vai passar por um processo que é mais doloroso, que é mais complexo, que é mais duro. E aí, com certeza, o meu foi também.

Fiquei durante seis anos procurando fazer a mudança de nome antes de realmente conseguir. Foi possível quando a gente estava muito próximo mesmo, quando o Supremo Tribunal [Federal] (STF), em 2018, toma a decisão, através de uma ação, [de] que pessoas trans poderiam fazer a mudança de nome e de gênero sem precisar, necessariamente, de laudo psiquiátrico. Porque o que acontecia anteriormente era que havia um entendimento, que foi muito progressivo, mas que durou mais de 20, 30 anos, para que o sistema jurídico começasse a reconhecer a legitimidade dos corpos de pessoas trans.

Decisões nesse sentido já têm acontecido na Justiça desde a década de 1970. Mas foi somente no final da década de 1990 que alguns juízes [começaram a ter] o entendimento de que mulheres trans, passando por todo um processo de cirurgia, tendo toda a legitimação das instituições vigentes, da psiquiatria, da psicologia, passando por um processo de moldagem dos seus corpos, né, através da fonoaudiologia, da urologia, [da] cirurgia plástica em geral, poderia [m], depois de alcançar o status daquilo que se entendia naquela época como transexualidade, transexual, depois de ser classificado como transexual verdadeiro,

é que essas pessoas poderiam fazer algum tipo de mudança, que poderia[m] ou não, estaria[m] sujeita[s], ainda, ao olhar e à interpretação pessoal de cada juiz, a cada caso.

A gente começa a ter algumas vitórias na Justiça a partir de 2003, 2005. E a partir desse entendimento dos juízes é que a gente vai começar a adentrar a possibilidade de que pessoas trans possam realmente ter o reconhecimento. Algumas delas, né, conforme eu disse, poderiam ter o reconhecimento de mulheres e seus nomes e gêneros trocados em documentos. E foi assim que aconteceu durante muito tempo. A partir de 2014, 2015, [se] começa ter um entendimento maior e outras jurisprudências tomam conta e vão dar conta desses outros corpos, dessa população transgênera, que é tão diversa nas suas classificações — [por]que transexual tem outras classificações. Isso vai dar conta de algumas outras situações, como, por exemplo, contemplar ou pensar em contemplar aquelas mulheres trans que ainda não fizeram cirurgia, mas que estavam no processo, e depois vai pensar em incluir travestis e transexuais também. Então, assim, é um processo bem longo, que vai dependendo do entendimento do Judiciário nesse sentido.

O marco, nesse sentido, que eu acho que eu também participei, foi lá em 2016 e 2017. Participamos conjuntamente na construção de argumentos, junto com a Defensoria Pública da União, as Defensorias Públicas de alguns estados, movimentos sociais, Ministério Público. Construímos uma contribuição para a formação de opinião sobre o tema para a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), para uma forma de consulta, para que a Corte oferecesse um entendimento e uma interpretação acerca da identidade de gênero e da mudança de nome e gênero de pessoas trans —, ou seja, um reconhecimento das personalidades trans, no mundo jurídico, como uma questão de direitos humanos.

A Corte abre essa consulta para contribuição dos países e nós do Brasil tivemos uma grande contribuição nesse sentido, trazendo todo o nosso conhecimento e nossos avanços. Porque, acreditem, nós éramos um dos países mais avançados do continente nessa área, tirando a Argentina, que já tinha uma lei de identidade de gênero aprovada desde 2016, acredito eu, ou 2015. E, além disso, tem também a lei da Argentina, que também vai servir como um aporte nesse sentido, e os entendimentos do movimento social, que vão aumentando aí pra contribuir para toda essa evolução do que é a questão de gênero, a questão de identidade de gênero de pessoas trans. Assim, o mundo vai chegando num acordo.

Em 2017, 2018, entra a ação no STF, com o relator sendo o ministro Barroso. E, para nossa surpresa, essa ação é acolhida, com uma votação interessante a nosso favor, ou seja, a favor de que pessoas trans possam ter as suas identidades reconhecidas pelo Judiciário brasileiro e, continuamente, pelo próprio Estado brasileiro. Que elas devem ser reconhecidas e que nós passamos, agora, a poder fazer mudança de gênero sem nenhum tipo de laudo ou qualquer tipo de aprovação de alguma instituição. Basta nossa crença pessoal em nosso gênero, em nossa identidade, a nossa vivência, pra solicitar a mudança de nome, pra solicitar o reconhecimento e, a partir daí, você pode ir ao cartório e fazer essa mudança.

Então, em sua opinião, houve avanços nesse sentido. Onde você acha que precisa avançar? Você sente que o poder público ainda negligencia o acolhimento das travestis e pessoas trans?

AR - Penso que a gente tem muito o que avançar. O Brasil [está] numa situação que regula bastante as questões de direitos em todas as áreas. A gente tem uma trama legal que dá conta da vida das pessoas, inclusive não por vontade do Judiciário, o que é uma demonstração da negligência das instituições com a nossa vivência. Tanto é que o próprio Judiciário alega, pra poder aceitar a questão da lei da homotransfobia, que o Legislativo brasileiro vem rejeitando matérias há mais de 30 anos nesse sentido.

Então, existe sim uma recusa do Estado brasileiro de cuidar da vida de pessoas e do direito de pessoas LGBTQIA+. Esse direito tem sido conquistado via Judiciário nesses últimos anos, mas há, também, um tipo de regulação e reconhecimento de determinadas questões da vida das pessoas LGBTQIA+ dentro do Executivo, muito através de portarias e fóruns nacionais, principalmente através da Lei Orgânica da Assistência Social, do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Aí existem mudanças nesse sentido — cartas e recomendações, notas técnicas — dentro do Ministério da Educação (MEC). Existem algumas recomendações dentro do Ministério da Segurança Pública e da Justiça (MJSP), no sentido de tratamento das pessoas LGBTQIA+. Existem algumas tramas legais que já estão construídas, alguns marcos legais construídos, alguns de maneira mais concreta, mais objetiva e outros de maneira menos objetiva. Mas o fato é que o Estado brasileiro como um todo, dentro da sua máquina burocrática, não tem conseguido colocar, inserir a maioria das ações previstas para a comunidade LGBTQIA+, para as pessoas na ponta — estas que [a] nada têm acesso, que é o que importa, não é? O direito, ele é obtido na ponta. Não adianta nada a gente ter a previsão de casas e abrigos específicos pra pessoas LGBTQIA+, casas e abrigos para as pessoas vítimas de violência homofóbica, transfóbica; não adianta a gente ter previsão de prioridade pra famílias de pessoas LGBTQIA+ dentro da política de assistência social — como, por exemplo, a política de moradia, política de abrigamento; não adianta a gente ter todos esses avanços e previsões legais se a gente não consegue, objetivamente, na realidade, alcançar essas pessoas lá na ponta.

Alessandra, a literatura acadêmica aponta que há um processo de alta vulnerabilidade dos meninos que na infância [se] percebem mais femininos. Os meninos que vão se construindo como femininos em suas performance de gênero. E as instituições — família, escola, religião — tornam esses sujeitos como se fossem problemas e amplia a sua vulnerabilidade social expulsando-os do seio familiar, do processo escolar, do acolhimento transcendental das religiões. Você concorda com isso? Qual é a sua opinião sobre essa conjuntura que nós vivemos hoje, de tornar esses corpos abjetos a ponto de colocá-los na rua, de colocá-los na pista, de colocá-los de forma que façam com que a prostituição seja uma saída para a sobrevivência daqueles que subvertem a norma do gênero?

AR - Um quadro severo de permanente exclusão, né? Eu acho que você descreveu a trajetória muito bem. As pessoas falam muito de normatividade como a coisa do gay, como uma coisa das pessoas trans. Mas eu acho que é interessante, até para as pesquisas

de vocês, estabelecer como é que a gente vai lidar com esses dois conceitos, porque eu acho que a cisnormatividade afeta tanto pessoas gays e lésbicas, quanto pessoas trans. A cisnormatividade, ou seja, essa imposição da maneira de ser cisgênera, da única possibilidade de expressão a partir do seu gênero, é que vai questionar os papéis de gênero desses meninos afeminados. Porque nem todos eles vão se tornar pessoas transgêneras, necessariamente! E nem tanto de mulheres hipermasculinizadas, que seriam as lésbicas “sapatonas”. E a gente vai ter aí, a partir dessa percepção do olhar, um tratamento desigual que torna esse ser esse corpo abjeto, como você está falando, e que vai explorar a vulnerabilidade dessas pessoas ao máximo, a ponto de criar algo que eu chamo de *grau de exclusão*. E, no caso de pessoas trans, ele é tão grande porque são as pessoas que estão ali na margem aparentemente, visivelmente, perceptivelmente, tomando uma posição de declarar guerra ao modo como o sistema é organizado, [como] o sistema vigente de gênero é organizado. Então essa rebelião contra o sistema de gênero vigente, independentemente de ser consciente ou inconsciente, vai provocar essas rupturas que você bem descreve, e elas ainda são muito grandes e as feridas ainda são muito grandes. Como tudo se liga à pergunta anterior, as pessoas, na prática, continuam vivendo um grau de exclusão muito grande, e ele vai variar de acordo com os ciclos sociais que as pessoas vivem.

Havemos de perceber a interseccionalidade disso tudo. Então é muito provável que um menino branco gay, extremamente afeminado, filho de pais acadêmicos, vivendo no Leblon, provavelmente vai ter uma vida com um grau de exclusão menor e vai sofrer menos máculas do que um menino indígena morando na região do Amazonas, que, logo cedo, é vendido pelos seus pais pra servir de alimento para o tráfico de pessoas, é obrigado a fazer modificações corporais sem mesmo entender o que é a questão da identidade de gênero ou sem mesmo ter vontade, por exemplo, de ser uma pessoa trans, uma travesti. Essa pessoa vai viver, com certeza, impactos muito maiores, que vão ser impactos de todos os níveis e todas as ordens, inclusive questões cognitivas, questões pessoais, mentais, problemas mentais, sofrimento, violência física, prática, violência sexual de todos os níveis, todas as ordens de violações de direitos humanos, inclusive.

As pesquisas em ciências sociais têm demonstrado que travestis e pessoas trans sonham em sair do Brasil, buscam oportunidades para a realização de cirurgia e mudança de sexo. Todavia, muitas vezes esse desejo, esse sonho e a experiência de migrar as colocam como alvos fáceis de aliciadores e traficantes de pessoas. Você acha que isso é uma realidade?

AR - É uma realidade ainda. A partir do momento que os corpos transpassam pra dentro da narrativa social, existem os “bolsões de compreensão” — vou chamar assim, tá? E existem os locais onde as pessoas trans começam a experimentar outros tipos de vivências que não vão passar necessariamente pelo sonho da mudança corporal, porque elas vão entender que essa pressão da mudança corporal tem a ver com a cisnormatividade, com a heteronormatividade, que vão exercer sobre os seus corpos uma forma de pressão sobre o que é o ideal de mulher bonita, de pessoa bem aceita socialmente. E é essa pressão social que vai fazer com que uma parte de pessoas com baixa escolaridade, com um grau de exclusão maior tenha, por exemplo, vulnerabilidade a esse tipo de proposta, de promessa.

Entrevista Interview

É verdade, sim. No caso de muitas mulheres trans das zonas urbanas, sentir a vontade e o desejo de ter mudanças corporais de maneira mais rápida é algo corriqueiro. Para isso, elas precisam ganhar mais dinheiro e, para ganhar mais dinheiro, elas acabam cedendo a promessas de pessoas que vão prometer, de uma maneira bem intencionada ou não, as mudanças dos seus corpos diante de algum vínculo financeiro, de dívidas. Existe também o outro lado da moeda, que é fazer essas mudanças sem nem mesmo haver o desejo da pessoa, sem antes mesmo criar o desejo das pessoas.

O machismo é um lado que se deve analisar. Acho que é o *ethos*, aí, de como essa normatividade, essa cisnormatividade vai exercer essas pressões, entendeu? É o machismo que vai colocar, por exemplo, na cabeça de uma mãe e de um pai no extremo Nordeste e Norte do Brasil que se o filho é “viado”, afeminado, ele tem que virar mulher. Então se ele é afeminado com oito anos e começou a “dar pinta”, a gente o vende pra cafetina, a gente dá ele para a cafetina, dá um dinheiro porque ele vai sustentar a família. E ele aí sustentar a família sendo “viado”, de preferência já em mudança para ser um travesti e vai ser estimulado a se prostituir, porque aí, quanto mais bonita ele for, quanto melhor! Quanto mais mulher, com o corpo mais modificado, ele estiver, mais condições de promover o sustento daquela família ele terá.

Então, assim, mas isso é muito complexo porque é diferente pra cada um. Tem níveis diferentes pra cada pessoa e acontece diferentemente, por exemplo, com uma pessoa da periferia do Rio de Janeiro e com uma pessoa que vem do Norte, por exemplo. São maneiras diferentes de se aliciar essas pessoas. Geralmente, quem vem da periferia vem com esse sonho já bem formado na sua cabeça, já começou e já deu início ao procedimento. Fez isso porque veio da sua própria iniciativa ou veio ali daquele grupo de pessoas [com] que ela tá convivendo. Ela tem o convívio mais restrito e essa crença é mais arraigada, ela é mais forte e ela é muito mais dependente do meio externo do que das próprias conquistas.

Muitos estudos acadêmicos apontam que travestis e mulheres trans vão para o exterior para se prostituir, caem em redes de aliciadores, se submetem ao tráfico de pessoas sem se perceberem nesse contexto. Você acha que isso ocorre sem que percebam serem exploradas?

AR -Sim, porque a exploração para a travesti ou para a mulher trans sempre tem. E começa na cidade natal dela aqui no Brasil, não é só no exterior. E exploração se dá através do engano. Precisam existir componentes de legitimidade dentro da rede exploradora para que a pessoa não se perceba envolvida ou vítima de um laço de um grupo ou de uma rede estabelecida. A travesti acredita que existe uma rede econômica ali e que aquilo ali pode ser, necessariamente, a sua “tábua de salvação”.

Imagine você um menino que não aprendeu a ler nem a escrever, que era morador de rua, mas é uma pessoa LGBTQIA+, é um menino afeminado, [e] no seu percurso começa a ver as travestis ao seu redor. Ele vê que ali ele poder ter uma vida melhor, faz as modificações corporais e passa a acessar a prostituição como a única maneira de sustento. E, a partir dali, esse menino, embora explorado, ainda assim consegue ascender à classe média, consegue

comprar uma casa, um carro, aprende a ler e a escrever, aprende outros idiomas — porque, provavelmente, pra fazer tudo isso, vai pra Europa. E volta para o Brasil podendo se sustentar e resgatando um laço familiar que ele nunca teve porque ele foi expulso de casa e teve que morar na rua a partir dos nove anos de idade, por exemplo.

Então, assim, é tudo muito cruel, dentro de uma realidade muito cruel. A prostituição, só voltando à pergunta anterior que você fez sobre a prostituição, ela é um lugar natural de uma travesti, transexual, desde muito tempo. Milenarmente, se a gente for acionar os casos de pessoas que pareciam com pessoas trans nas décadas e nos séculos passados, a gente vai ver que a venda do corpo, a venda da sua sexualidade como produto, é e sempre foi o lugar natural de uma pessoa trans.

E aqui no Brasil acaba se tornando uma questão. Existe uma pressão social pra que essas pessoas estejam ali voltadas para a prostituição apenas, como única maneira de vivência e de ganho econômico e, muitas vezes, inclusive, de vida afetiva, de vida subjetiva. Porque aquela pessoa, ela só tem aquele lugar pra poder viver também inclusive as experiências de afeto, e aí digo afeto amoroso, afeto social, suas interações com as pessoas. E ali, [é] a prostituição, o mercado do trabalho sexual, que vai fornecer todos esses outros componentes da vida dessas pessoas. A gente vai ver que a prostituição, ela aumenta esse grau de exclusão, a partir do momento que essas pessoas acessam a maneira de se prostituir, que são dominadas, que são mais obscuras, que vão estar na rua, que vão estar fora das casas organizadas e que essas pessoas vão estar envoltas em redes.

Essas redes de prostituição existem tanto nos centros urbanos, quanto nos interiores. Hoje em dia a gente tem formatos de casas de prostituição que são mais diferenciados, mas dentro do mundo trans. Então, a prostituição tem um *modus operandi* muito específico e um pouco diferente daquele que acontece na prostituição de mulheres cis e homens cis, por exemplo. Tem muito mais casas de prostituição voltadas para mulheres cis do que casas de prostituição organizadas com mulheres trans, embora mulheres trans vivam em regimes de casa, porque elas vivem em pensionatos, mas não necessariamente elas vão exercer seu trabalho sexual no mesmo lugar onde elas vivem — o que é diferente da prostituta, que vai para aquele local pra exercer a prostituição. Geralmente, a travesti mora na casa de uma cafetina, de uma pessoa que organiza essa vida, uma casa específica para trabalhadoras sexuais, e ela vai exercer essa prostituição na rua, circunscrita ao território de domínio daquela pessoa que vai estar ali, seja no interior, no Rio de Janeiro, em São Paulo, nas capitais.

Tem uma questão, também, que é muito séria: a prostituição sendo o único lugar onde as pessoas trans estão circunscritas. Quando a gente fala de pessoas trans, você não tem a possibilidade, você não tinha, de fazer nenhum movimento desse tipo. Porque, para tirar ela da prostituição, você vai levar ela para onde? Qual é a instituição social que vai acolher essa pessoa, que vai fazer essa pessoa mudar? Uma pessoa trans tá acostumada com a prostituição, com o abuso de drogas. Essa pessoa vai ter um ganho diário que vai chegar ao final do mês, e mesmo que ela tenha todo esse ganho sugado por aqueles que a aprisionam, que é maior do que aquilo que ela poderia conseguir, por exemplo, na vida social. Porque o

Entrevista *Interview*

trabalho, para pessoa que não sabe ler, não sabe escrever, saiu da escola na terceira, quarta série, sem formação, com uma identidade de gênero completamente diferente, sem uma série de questões de proteção social... Então, vai cair em outro limbo e ela não vai ter oportunidade. Se ela tiver algum tipo de oportunidade, sempre vai ser com muita humilhação, com ganhos que estão aquém daqueles ganhos que ela teria, provavelmente, se ela continuasse na prostituição. Ou seja, nesse ponto, a prostituição às vezes acaba protegendo esse corpo travesti ou transexual.

Ela serve também, ao mesmo tempo, como um polo, em que existe a situação do tráfico de pessoas, prevista na própria lei, mas que também é o próprio lugar onde essa pessoa vai conseguir a constituição da própria subjetividade, da cidadania, do conceito do que é ser cidadã, do que é ser humano. Então, assim, é uma “faca de dois gumes”, e essa é a nossa maior dificuldade com a questão da exploração sexual de maiores, de pessoas adultas. Elas estão mais perto de serem vítimas do tráfico de pessoas e do trabalho análogo à escravidão. Essas meninas, elas têm na prostituição o algoz e o salvador ao mesmo tempo. Você lida com as situações de perigo. Quanto mais você tiver envolvida nesses ciclos de prostituição, que são mais perigosos e são menos institucionalizados — sei lá, essa não é uma palavra legal, mas quero dizer os locais de prostituição que são menos organizados, são menos “pasteurizados”, eu vou usar essa palavra, tá? Que são mais leves, mais abertos, que oferecem um grau de liberdade maior. Porque existe todo um circuito da prostituição que é mais leve, mais aberto, que envolve a exploração, mas não necessariamente o tráfico, não necessariamente condições humilhantes, degradantes. Existe um circuito, quando as meninas alugam seus apartamentos, fazem filmes, alimentam o mercado do sexo, que não necessariamente está ligado com os estereótipos da prostituição tradicional, de rua, violenta, com cafetões e cafetinas, com a mediação de outros, de terceiros sobre o seu trabalho sexual.

Então existem casos, e aí é claro que a gente tá falando de um corte social, que a gente tá falando de pobreza. A gente tá falando de branquitude porque a gente tá falando das meninas brancas, loiras, bonitas que conseguem chegar nesses lugares, onde elas ficam livres dessas interferências dos terceiros, dependendo [do caso] também, é claro — tem prostituição rica de cafetões e cafetinas.

Mas isso não é uma coisa que chegou agora. A gente lida com isso de uma maneira muito específica. Por exemplo, quando o movimento social LGBTQIA+ começa a se organizar, lá na década de 1990, já há esses primeiros questionamentos dos órgãos de direitos humanos e um conhecimento, entendimento, de que aquilo que está se fazendo é uma exploração. A maioria das pessoas e das mulheres trans e travestis que vão trabalhar e atuar dentro do movimento social LGBTQIA+ na década de 1990 vem de um ambiente específico da prostituição e daquele quadro tradicional clássico do que é ser uma travesti, uma transexual.

Hoje, isso está muito mais diversificado porque pessoas da classe média tão virando trans e hoje é outra história, mas aquele era o cenário na década de 1990. Essas mulheres, em sua maioria, eram prostitutas e, em sua maioria, essas mulheres começaram a se tornar líderes

comunitárias e, em sua maioria, elas eram também cafetinas, também tinham casa de prostituição, também aliciavam jovens, também viviam do trabalho sexual de outros. E houve um consenso pra elas poderem continuar exercendo a sua atividade sem nenhum tipo de restrição por parte da lei, ou o consenso de que nós como movimento social LGBTQIA+ iríamos tolerar, digamos assim. Embora eu não tivesse participado dessas conversas da época, entendo isso por saber pesquisar, ler, ouvir.

A gente vai passar a ter uma situação de leniência com determinadas figuras e sujeitos a partir de determinados comportamentos, em que a gente vai determinar que a cafetina, que é criminosa, é aquela que vai promover a violência, que vai cobrar necessariamente a rua, é aquela que vai obrigar as pessoas a ficar no controle para poder trabalhar naquele local. Então, digamos, as práticas das cafetinas são indesejáveis para vida social, pros movimentos sociais. E a gente vai tolerar algumas outras meninas que, embora organizem as casas/pensionatos de travestis em sua cidade, apenas abrem as suas casas para que essas meninas possam morar, mas que não cobram a rua dessas meninas, nem cobram nenhum tipo de valor acima do que elas fazem com o seu dinheiro, que permitem o livre trânsito dessas meninas e a rotatividade dessas meninas e que não empregam nenhum tipo de método violento, ou que não façam nenhum tipo de cárcere privado nos seus locais de moradia. Então esse tipo de acordo tácito que existe no movimento social LGBTQIA+ para entender qual era o comportamento criminoso e qual era o comportamento acolhedor da cafetina, dentro do que a gente pode dizer que ali é nossa vida social, como pessoas trans.

Então vão existir esses dois tipos de figuras, mais ou menos. A cafetina é ambígua. Tudo é muito nebuloso, óbvio, mas é só para vocês entenderem que a gente compreende assim. Até porque a gente entende também que existem benefícios, por exemplo, na organização do território quando você tem uma liderança. Existe o benefício de uma determinada tranquilidade, de uma determinada paz. Existe o benefício para aquelas pessoas que, de outra maneira, não conseguiriam ter uma moradia porque elas também são rechaçadas, inclusive pelas instituições, pelas imobiliárias, pra alugar casas, mesmo que elas tenham dinheiro. Se aceitarem, vão aceitar com um valor muito desleal. Então tudo isso é parte também de outra face negativa, ruim, e as pessoas trans acabam ficando também pela falta de capacidade de alugar, de entender como se aluga uma casa, documentação, burocracia. Para quem não sabe ler nem escrever, na maioria dos casos, isso também é muito fácil.

A oportunidade também de ir pra Europa, ir para outro lugar, ganhar mais dinheiro, tudo isso é levado em consideração, porque, na verdade, essas meninas, ao mesmo tempo que sofrem algumas situações, que vão ser enquadradas no tráfico e no trabalho escravo, elas vão chegar nesse local a que elas provavelmente nunca chegariam se não estivessem submetidas a determinadas situações com o seu corpo.

Pergunto a você: se tivesse a “caneta governamental”, que tipo de política pública você implementaria pra amenizar a vulnerabilidade de travestis e trans mulheres hoje no Brasil?

Entrevista *Interview*

AR - Se eu tivesse a caneta na mão... Vamos supor, assim, que eu tivesse três canetas. Tem que ter as três, né? A caneta do Executivo, a do Legislativo e a do Judiciário. Tem que ser coordenado, senão não dá! A ideia é, nessa situação ideal, impossível, surreal: realmente regulamentaria as relações de trabalho entre as trans e seus empregadores e as pessoas que oferecem moradia. Porque só essa situação é que vai poder parar a exploração.

Exploração sexual é uma palavra muito complexa de usar porque exploração sexual está ligada a pessoas menores de idade — pra mim, na minha cabeça. Quando a gente está falando de uma atividade regulamentada, a gente poderia observar essas relações, que são necessárias. Ou seja, a pessoa que quer exercer a prostituição precisa dos meios, tanto de um ambiente limpo, salubre, precisa de um respeito do seu cliente, precisa de estabilidade emocional, pagamento contínuo, precisa disso mediado, sem violência. Então, é necessário que tenha alguém pra fornecer essa casa de trabalho, pra fornecer esse lugar ao cliente, para fornecer esse ambiente mais seguro.

Importante considerar o aspecto da internet, o papel desse espaço virtual na prostituição. Porque a internet, ela veio fazer isso, né? A internet veio justamente oferecer esse lugar, mas não necessariamente ainda consegue oferecer para todos talvez menos insalubre, mas ali também é terra de ninguém. No Brasil, isso é uma realidade, ainda que esteja muito circunscrita às grandes metrópoles. A internet tem riscos, e as meninas em atividade de prostituição podem navegar numa rede, aprender coisas através da rede e, assim, passar a ter autonomia, mas também estão vulneráveis. Acredito que também exista agência positiva e que haja pessoas que realmente queiram participar do mercado sexual porque simplesmente querem participar do mercado sexual e sem nenhum prejuízo. Mas se todas as situações de sexo fossem apropriadas, provavelmente nem eu estaria falando aqui com vocês sobre isso, de maneira acadêmica. E, provavelmente, eu estaria na Europa, vivendo minha vida, muito feliz. Porque o mercado do sexo é bom quando ele tem as condições necessárias.

A lei brasileira, no que tange o trabalho sexual... A prostituição é ineficaz quando ela captura erroneamente alguns tipos de comportamento. O comportamento da cafetina, por exemplo, do cafetão, dessa figura do rufião, é complexa porque, ao mesmo tempo que ela é um meio de acesso a uma vida com mais recursos financeiros, também pode ser um meio de aprisionamento. Então tem que ter uma regulamentação dessas conduções, dessas relações trabalhistas, em que exista um claro valor, uma clara porcentagem a ser cobrada em cima do trabalho sexual, baseada no que vai ser ofertado, mas com garantias e direitos sociais.

É preciso haver garantias de oportunidades de trabalhar sem prejuízo emocional, sem estar enquadrada naquilo que se considera trabalho escravo contemporâneo. Porque trabalho escravo e tráfico de seres humanos só podem ser configurados quando existe alguma das situações previstas ali no Art. 149 do Código Penal. Então a gente não pode pegar tudo e colocar no mesmo balaio. Não é só porque a menina, por exemplo, teve a oportunidade migratória da sua cidade para outra localidade, que ela vai ser considerada uma pessoa traficada. Caso haja interesse no trânsito entre as cidades, não quer dizer que foi traficada. O desejo de migrar quando não está previsto o crime baseado na lei não pode ser criminalizado, porque é natural as pessoas mudarem de cidade. Eu viajei pra Europa, fui morar na

Europa, paguei uma determinada quantia pra morar lá. Depois dessa quantia paga, ninguém me cerceou a liberdade, ninguém prendeu o meu passaporte, ninguém fez nada disso. Eu tive livre trânsito pra poder fazer o que eu quisesse e para ir pra outros lugares. Eu não considero que fui traficada.

Uma cafetina age conforme as circunstâncias. É muito ruim, mas essas pessoas vão atuar no grau de vulnerabilidade, ou seja, do acesso que suas agenciadas têm ao conhecimento local. Elas [as *cafetinas*] querem as anônimas, sem atuação social; vão buscar saber que corpo é esse, onde cresceram, quem elas são, se elas têm ligação com movimento social ou não, se elas conhecem seus direitos ou não. Tudo isso vai modular as relações de exploração. A pessoa que pode te tratar com o maior respeito pode ter também um grupo de meninas traficadas que ficam ali sem ver a luz do dia e só podem sair pra se prostituir. Então, assim, a mesma pessoa que faz uma coisa pode fazer milhares de outras coisas, é tudo muito complexo.

Então, o que eu faria se fosse uma gestora de política pública? Iria regular essas relações de trabalho, pra que essas pessoas continuassem tendo as oportunidades e para que essas oportunidades se transformassem em oportunidades melhores, mais salubres, menos violentas. Tudo isso, as relações de trabalho de prostituta, deveria ser mais organizado e protegido pelo Estado brasileiro. Como um fato legalmente reconhecido, essas pessoas teriam maiores meios de denunciar, fazer a denúncia. A luta é para que todo trabalho sexual fosse percebido como um direito. Deveria ter uma cartilha para divulgar os seus direitos e, inclusive, até a oportunidade se organizar sindicalmente, pra poder reivindicar mais direitos.

Eu acredito que seria a maneira ideal de lidar com essa situação do tráfico humano, porque você resolve o problema pelos meios corretos. Você não vai atacar a prostituição em si, porque a gente tem mania também de querer ser salvador da pátria. Quando a gente fala de ressocializar, a gente precisa tomar cuidado com esses discursos, porque a gente também não quer tolher a capacidade de agência de ninguém, porque aí é outra prisão, é outro tipo de pensamento, que é também aprisionamento moral. Quando você pensa que aquela mulher está sendo explorada, [que] aquela pessoa trans tá sendo explorada, está sendo usada sexualmente e blá-blá-blá, alimentando um sistema patriarcal e não sei o quê, aí a gente acaba também tolhendo a capacidade de agência daquelas meninas, daquelas pessoas que estão ali. Porque, muitas vezes, elas querem estar ali e não veem problema nenhum em estar exercendo aquele tipo de trabalho.

Você acha que o poder público negligencia o enfrentamento da violência contra as travestis e mulheres trans?

AR - Óbvio! E não só negligencia: em muitos casos, estimula! O Estado brasileiro estimula, principalmente agora, com o atual Presidente Bolsonaro². Suas falas são homofóbicas e transfóbicas. Esse presidente praticamente chancela o comportamento homotransfóbico violento; ele dá a impressão de que há uma convivência das instituições com esse tipo de

² Jair Bolsonaro era Presidente da República quando esta entrevista foi realizada, em 9 de junho de 2021. Seu mandato acabou em 31 de dezembro de 2022.

Entrevista *Interview*

violência e que as pessoas que as perpetram não vão sofrer nenhum tipo de represália. Então um cara, hoje com esse governo, numa cidade, ele pode se sentir muito mais estimulado a realizar um ato de violência contra uma pessoa trans porque, necessariamente, ele sabe que não vai ter nenhum tipo de agravante no homicídio dessa pessoa, que ele vai contar com a solidariedade dos homens dentro dessas instituições para que o caso dele seja considerado de menor potencial criminoso.

A questão do machismo novamente aí, junto com a cisnormatividade, fazendo todo o seu trabalho ideológico. É a mesma coisa se a gente for considerar o caso de crime contra a honra que as mulheres sofrem, né? A mulher que traía o marido, ela poderia ser morta e nada ia acontecer, e ele ainda contava com a solidariedade daqueles homens que estavam ali na delegacia.

Também se pode considerar certa cumplicidade de violência contra elas vinda de dentro da própria família?

AR - Sim, da própria família, violência que sai muitas vezes do seu meio social, do seu círculo social. Você pega os casos de violência que vão parar na delegacia entre homens e mulheres trans, travestis, em contexto de prostituição. Pegue as falas desses homens, os próprios policiais, aí vai ver o grau de revitimização que essas pessoas sofrem. É uma violência na vida e, quando chega à instituição, é maior ainda. Muitos desses casos não são averiguados, existe violência na própria delegacia, violência física. E, além disso, mesmo quando morrem. Em 2017, tive uma situação da morte de duas meninas trans em Nova Iguaçu (RJ). E foi uma coisa horrorosa constatar que os corpos delas estavam jogados fora da geladeira porque, mesmo depois de mortas, ainda tinha médicos legistas ali, pessoal do instituto, que estava ali que não queria tocar naqueles corpos. Então a gente vê que o comportamento das autoridades públicas ainda é um comportamento muito ruim, um comportamento que varia de caso a caso. Mas essas pessoas que tão na ponta são as pessoas que ajudam a perpetrar a violência contra a mulher, a violência contra as mulheres trans, contra as pessoas transgêneras, a violência contra gays e lésbicas, a violência contra pretos e pobres. São as pessoas que estão encarregadas de fazer o papel de “jagunço” do Estado nas delegacias, nos institutos, nos hospitais, nas escolas. Então, assim, a gente vê que o grau de violência ainda é altíssimo, muito grande mesmo! E as instituições agravam essa violência.

É o que eu falei no começo de nossa conversa: não adianta a gente ter uma teia legislativa, a gente vai lá, faz controle social, se reúne. A burocracia é muito ruim, é muito escrota nesse sentido, né? Porque você vai, se reúne com a cúpula que está acostumada a fazer a tomada de decisão, geralmente essas pessoas são muito avançadas e querem implementar avanços no discurso, mas não na prática. A gente do movimento social consegue fazer o trabalho junto às instituições, junto aos jornais, à mídia, e a gente consegue fazer um arrefecimento dessas instituições. Por exemplo, a gente tem uma legislação que protege o direito das pessoas LGBTQIA+ que são privadas de liberdade. Eu ajudei a escrever essas mesmas leis, mas as meninas que estão na ponta, lá dentro do sistema prisional, não necessariamente têm todos os efeitos da legislação, não gozam de todos os direitos que elas têm.

Gostaria de te fazer uma provocação. Que tipo de ação social você desenvolveria para reverter isso?

AR - Temos o lugar de uma sociedade e que a gente muitas vezes se odeia, porque a gente é convidada a se odiar. E é convidado a odiar o mais pobre que a gente, é convidada a odiar o que tem a pele mais escura, o que tem a cara mais nordestina, o que tem a cara mais indígena e o que parece mais viado e tudo aquilo que é mulher, que é feminino. Então a gente tem essas situações. O que eu acho que a gente poderia fazer é a responsabilização direta dos agentes públicos que perpetram essas ações, campanhas de prevenção e conscientização e controle dentro das instituições e na sua base. Mas, pra isso, precisa ter um apoio institucional de cima. As instituições, nas suas cúpulas, elas precisam ter um pacto de fazer a mudança social e a reestruturação das leis, das relações, de tudo. Enquanto não houver isso, não vai haver mudanças radicais. A gente vai ter ali uma experiência de excelência aqui ou outra lá. Sempre tem essas experiências exitosas, de boas práticas, mas elas não chegam no todo, no grosso.

Que tipo de recado você daria às mulheres trans e travestis jovens que estão se descobrindo agora?

AR - Eu acho que diria para elas estudarem. Diria: estudem, conheçam, aprendam. Frequentem os fóruns de pessoas trans que estejam ligadas aos direitos humanos, aprendam sobre os seus direitos, reivindiquem os seus direitos, façam com que eles aconteçam. Porque se você não fizer do seu direito uma luta, você não vai ter seus direitos garantidos. Então é assim que a gente precisa fazer. Se a gente não se impõe sobre essa sociedade, não se coloca, não ocupa os espaços, essa sociedade vai nos abocanhar por completo.

Digo mais: vivam a sua vida e façam aquilo que vocês quiserem, com a liberdade que vocês quiserem. Só não se deixem enganar por nenhum violador de direitos, seja ele o Estado, a cafetina ou o marido, a família. Nenhuma dessas instituições podem prender você, porque você é você, tem direito à sua personalidade e é uma pessoa linda, independentemente do que for. Então, busque os seus direitos.

Murilo Peixoto da Mota é pós-doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH) do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Direitos Humanos (NEPP-DH) da UFRJ, sociólogo e colaborador do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) da UFRJ. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFRJ, mestre pela Escola Nacional de Saúde Sérgio Arouca (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e graduado em ciências sociais pela UFRJ.

Como citar:

MOTA, Murilo Peixoto da. Entrevista com Alessandra Ramos, ativista no combate à LGBTIfobia. *Revista Metaxy*, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 5, n. 5.1, p. 248-261, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>

In Memoriam



Alessandra Ramos Makkeda

(1981-2022)